

PESQUISADORES DEFENDEM DIFERENCIAÇÃO DO SALÁRIO DE ACORDO COM A REALIDADE DE CADA ESTADO

MENOS QUE O MÍNIMO

Leonardo Cavalcanti
Da equipe do Correio

Após três semanas de um possível reajuste do salário mínimo, cerca de nove milhões de trabalhadores brasileiros não chegaram a receber o que é definido em lei como a menor remuneração permitida por mês de serviço — R\$ 130. Essas pessoas estão na ilegalidade e longe das discussões travadas no Congresso e nos gabinetes do governo. Para elas, é como se não existissem as leis trabalhistas.

No mercado de trabalho, 15% do total de trabalhadores formais e informais recebem abaixo do salário mínimo, contra 9% que ganham exatamente o valor definido pelo governo federal no ano passado.

O estudo foi feito pelo economista Marcelo Neri (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e pelos professores da Universidade Católica do Rio de Janeiro Gustavo Gonzaga e José Márcio Camargo.

A situação é mais grave no Nordeste, onde o percentual de trabalhadores que recebem menos de um mínimo é de 35%. No Maranhão, o percentual chega a 51%, seguido do Piauí (46%), Ceará (39%) e Paraíba (38%). Em estados mais desenvolvidos, como São Paulo, a proporção média dos empregados que recebem abaixo do mínimo é de 5%.

"O nosso trabalho mostra a ilegalidade dos contratos trabalhistas e também a dificuldade dos empregados dos estados mais pobres receberem o mínimo", afirma o economista Marcelo Neri.

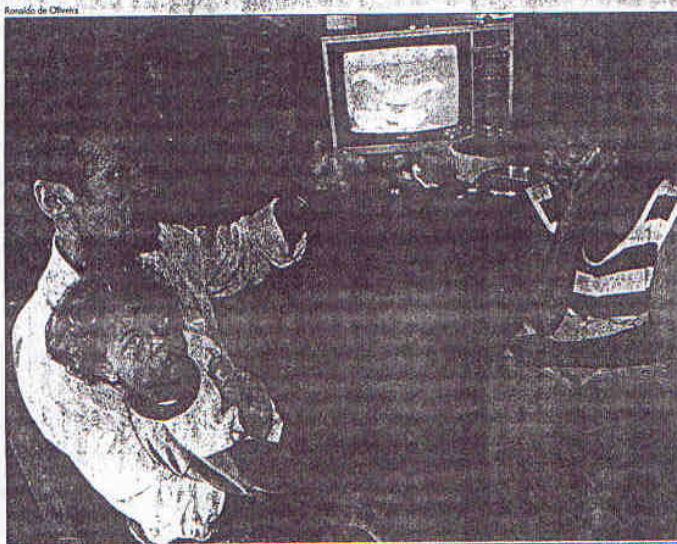
POR REGIÃO

O estudo reforça a tese dos três autores de que os valores do salário mínimo devem ser regionalizados. A ideia: alguns estados têm melhores condições de pagar valores maiores para o salário mínimo do que outros.

Assim, o governo definiria um piso nacional, e as regiões ficariam livres para aumentá-lo. "O problema é que o reajuste é definido nos gabinetes de Brasília, sem referência com a realidade de estados do país", diz Neri.

Ele defende a adoção de conselhos estaduais para estipular os valores do mínimo. Neri acredita que o mínimo aumenta a renda das pessoas que conseguem se manter empregadas.

Ele (o mínimo) tem um efeito positivo principalmente no mercado informal de trabalho. É um fator para as negociações e tem um im-



O Pedroiro Bonifácio, com filha e mulher, trabalha sem carteira assinada: "A vida está dura e às vezes falta serviço"

pacto na diminuição dos índices de pobreza no país.

O secretário municipal do Trabalho do Rio, André Urani, é outro que defende a regionalização. "Se o meu município tem condições de reajustá-lo em níveis maiores do que outros, por que não fazê-lo?"

No setor formal, onde os trabalhadores têm carteira de trabalho, o número de pessoas que recebe menos do que o mínimo é praticamente nulo, chegando a 2% na média nacional — as exceções são os estados do Acre, Amapá e Rondônia.

No mercado informal (onde os trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada), a média nacional dos empregados que ganham menos de um salário sobre para 30% — mais alta, mas uma vez, é na região Nordeste, com 45%.

No Distrito Federal, 12% dos trabalhadores sem carteira ganham menos do que o mínimo — é o segundo melhor índice do país, que cai em 11 pontos percentuais quando são verificados os números do setor formal.

O Pedroiro Bonifácio Alves Bezerra, que há mais de vinte anos trabalha sem carteira assinada, está entre os 12% que ganham menos que o mínimo. Aos 59 anos, mora com a mulher, Ana Rodrigues e a filha Vitória, de

dois anos e quatro meses, numa invasão no Recanto das Emas. Bonifácio não sabe escrever — "só consigo assinar o meu nome", lamenta. O que ele sabe que é valor atual do salário mínimo é R\$ 130. "A vida está dura e às vezes falta serviço".

Natural de Bonito de Santa Fé, sertão da Paraíba — "fica a umas oito horas de ônibus de João Pessoa" —, Bonifácio mora num barraco de madeira com 20 metros quadrados, que guarda uma televisão, um fogão e uma geladeira.

Desde que Vitória nasceu que não temos dinheiro extra para comprar um par de sapatos", diz a mulher, Ana, que não trabalha e há pelo seis anos deixou de ter contato com a mãe, que mora no interior do Piauí.

SERVIDORES

No setor público, o índice de servidores que recebem menos que um mínimo é de 8%. Mais uma vez, a região Nordeste aparece mal, com 22,5%. Piores altas na Paraíba, Ceará e Maranhão, cada uma com 32% — a média no Sudeste é de 2,5%.

"Com custos de vida e mercados diferentes, não tem sentido um só valor para o mínimo", diz Marcelo Neri. Na sombra do trabalho do economista, o deputado Eduardo Paes (PFL-RJ) apresentou um projeto

to para regionalizar o mínimo.

"O custo de vida entre as regiões varia em até 23%, sendo maior no Sudeste. É evidente que um trabalhador que ganha o mínimo em São Paulo tem um poder de compra menor daquele que recebe o mesmo salário em Sergipe", considera Paes.

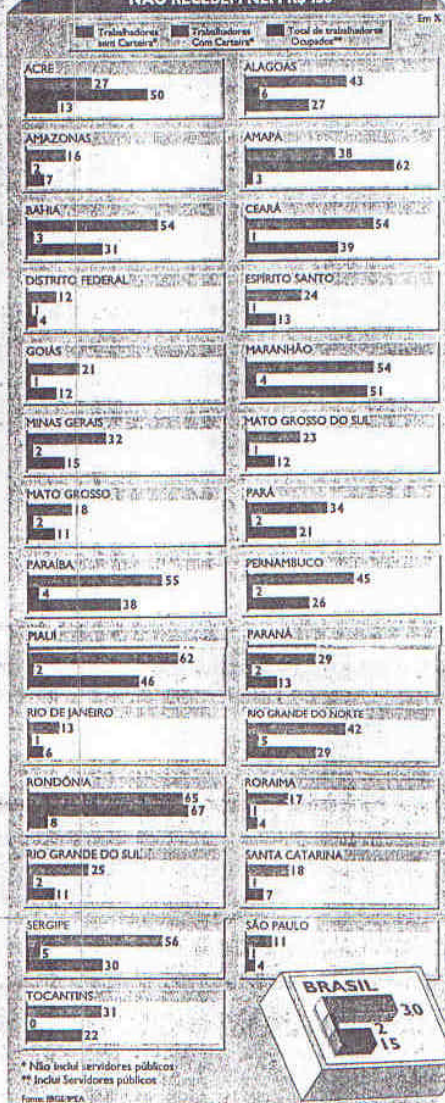
Para ele, a ideia é garantir, com decisões descentralizadas, o poder de compra dos trabalhadores brasileiros. "Isso, independente da região onde essas pessoas trabalhem".

Como é uma proposta de emenda à Constituição, o projeto tem tramitação lenta. Para ser aprovada, precisa ter a aprovação de 308 deputados. Antes, no entanto, é necessário o apoio de 171 parlamentares para entrar em tramitação.

"Essa é a típica matéria política complicada. Sinceramente, não vejo viabilidade em tal proposta ser aprovada neste momento", afirma a discussão o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Segundo ele, o assunto só entrou na pauta por conta da desvalorização do real e pela proximidade do anúncio do reajuste do salário mínimo. "É mais importante corrigir a situação das pessoas que recebem menos do que o mínimo, do que descentralizar", diz o parlamentar.

NÃO RECEBEM NEM R\$ 130



* Não inclui servidores públicos

** Inclui servidores públicos

Fonte: IBGE/PEA

CHORO

VIDA DURA DE POLÍTICO

O deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE) declarou a uma revista de circulação nacional que, com os descontos, o que resta do seu salário é igual US\$ 2.400. Ou seja, em torno de R\$ 4,2 mil — isso tendo como referência a cotação do dólar da última quinta-feira.

Segundo a sua reclamação, o que os parlamentares ganham não dá nem para comer. Imagine, com menos de US\$ 75,5 — o correspondente ao atual valor do salário mínimo! Já para fazer o quê com menos do que isso? A resposta é fácil: não é possível suprir as necessidades básicas do trabalhador brasileiro.

Fazer, então, nem pensar. A única diversão do Pedroiro Bonifácio Alves Bezerra é ficar em casa. Ele, que mora no Recanto das Emas, não costuma sair do barraco para passar com a família, e há mais de dois anos não tem condições de comprar

um par de sapatos para a sua mulher, Ana Rodrigues.

Na mesma situação de Bonifácio existem cerca de nove milhões de pessoas — é quase a população total do estado de Pernambuco. O pior é comprovar que 8% dos trabalhadores do setor público estadual ganham abaixo do mínimo — em quatro estados do Nordeste quase um terço dos servidores ganha menos de R\$ 130.

Todos os trabalhadores — com e sem carteira, servidores ou não — que ganham abaixo de R\$ 130 estão em situação ilegal, afirma o proibido por lei um empregado receber menos do que um salário mínimo por mês. Mas quando os próprios governos — que têm a função de fiscalizar — pagam salários menores do que o estipulado na legislação essa história de ilegalidade fica parecendo piada de meu gosto. (LC)

Governo adia discussão sobre reajuste

O governo federal pretende adiar ao máximo as discussões sobre o reajuste do salário mínimo. Se depender dos ministros da área econômica e do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, o assunto só deve ser debatido na segunda quinzena deste mês. Por enquanto fogem do tema — o pacto de silêncio se instalou na Esplanada.

Os próprios parlamentares do PSDB, partido de Fernando Henrique, recusaram da pressão que fizeram sobre o governo exigindo o aumento do salário entre quatro e seis pontos percentuais. "Não existe interesse em antecipar essa discussão", esquivou-se o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG).

A principal dificuldade do governo em tratar o aumento do salário mínimo está nas contas previdenciárias. Já que ainda há benefícios vinculados ao mínimo. As projeções mostram que a cada um ponto percentual de aumento no mínimo, a despesa anual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode subir em R\$ 150 milhões.

Em 1996, atualmente, 65% dos 18 mil

lhões dos aposentados e pensionistas do INSS recebem um salário mínimo. Essas pessoas jogado a despesa do Instituto para cima, caso o atual valor de R\$ 130 aumente em mais de seis pontos percentuais e ultrapasse os R\$ 130.

Enquanto um aumento do salário mínimo para os aposentados da iniciativa privada (INSS) pode atrair as contas previdenciárias, no funcionalismo um reajuste moderado não chega a preocupar, pois, apenas 18% dos servidores recebem benefícios iguais ou superiores a R\$ 130.

A vinculação entre o mínimo e a primeira faixa dos valores dos be-

PESO

Os 18 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem um salário mínimo

As projeções mostram que a cada um ponto percentual de aumento do mínimo, a despesa anual do INSS pode subir em R\$ 150 milhões

nefícios previdenciários é feita desde 1988, com a Constituição. E o que era para ser uma fórmula para proteger os rendimentos dos aposentados da inflação, acabou se tornando um obstáculo para o aumento do mínimo.

Na tentativa de remover o empecilho, a solução proposta pelos economistas Marcelo Neri (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), Gustavo Gonzaga e José Márcio Camargo (os dois da Universidade Católica do Rio de Janeiro) é a de separar o mínimo do benefício inicial da Previdência Social.

A tese foi defendida pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), mas é polêmica entre os próprios governistas. "A proposta não tem o menor sentido social e não vejo nenhuma possibilidade de se tornar lei, pelo menos por enquanto", afirmou o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP).